

**DESASSOSSEGO NO VENTRE E NA TERRA, TEM BARULHO E CHEIRO DE MATA DERRUBADA: quem é que chega?
UNRESTEST IN THE BELLY AND ON THE EARTH, THERE IS NOISE AND THE SMELL OF FALLEN FOREST: who is arriving?**

**Antônio Raúl Siteo¹
Lílian Regina Furtado Braga²
Hizabelle Vitória Baía de Araújo³**

RESUMO: A pesquisa destina-se a analisar a carta “o que pensamos nós mulheres Munduruku?” apresentada na ocasião do seminário “Impactos, desafios e perspectivas dos Grandes projetos na Bacia do Tapajós” sediado em Itaituba em maio de 2016. A aparição pública destas mulheres mobilizou instituições públicas, membros da sociedade civil, povos originários e comunidades tradicionais, objetivando estabelecer diálogos com diversos segmentos sociais abrangidos por empreendimentos tais como a hidrelétrica de São Luís do Tapajós e a hidrovía do Tapajós. Estes projetos têm impactos negativos na saúde dos povos originários e das comunidades tradicionais. A fundamentação teórica da pesquisa encontra-se assente nas discussões sobre território e territorialidade, conflitos socioambientais e igualmente na carta que constitui objeto de análise. A pesquisa visa analisar os impactos dos megaprojetos denunciados na carta das mulheres Munduruku; descrever o povo Munduruku, meio ambiente e as ameaças decorrentes da contaminação mercurial das águas com danos à vida humana; analisar as ações das Munduruku face à omissão das autoridades governamentais em relação à contaminação dos rios com impactos alarmantes para a população amazônica. Para a realização desta pesquisa, optamos pela pesquisa implicada e qualitativa. Os desastres socioambientais têm consequências devastadoras que mobilizam as mulheres Munduruku a desafiar os gestores públicos a encontrar medidas para a mitigação dos impactos causados pelos megaprojetos. A análise da carta das mulheres Munduruku e a criação das associações Wakoburum, imbuídas no espírito ancestral, desenvolveram ações de resistência contra os megaprojetos que inquinam o meio ambiente.

Palavras-chave: desassossego no ventre e na terra, barulho e cheiro de mata, quem é que chega

Abstract: The research aims to analyze the letter “what do we think women Munduruku?” presented at the seminar “Impacts, challenges and perspectives of the Great projects in the Tapajós Basin” based in Itaituba in May 2016. The public appearance of these women mobilized public institutions, members of civil society, indigenous peoples and traditional communities, aiming to establish dialogues with various social segments covered by projects such as the São Luís do Tapajós hydroelectric power plant and the Tapajós waterway. These projects have negative impacts on the health of indigenous peoples and traditional communities. The theoretical foundation of the research is based on discussions about territory and territoriality, social-environmental conflicts and also in the letter that constitutes the object of analysis. The research aims to analyze the impacts of megaprojects reported in the letter of the women Munduruku; describe the people Munduruku, environment and threats arising from mercurial contamination of waters with damage to human life; to analyze the actions of the Munduruku in the face of the omission of government authorities regarding the contamination of rivers with alarming impacts for the Amazon population. For the

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito – PPGSD-UFF/RJ. Email: arsitoe@id.uff.br

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito – PPGSD-UFF/RJ. Email: lreginabraga@hotmail.com

³ Graduanda em Direito. UNAMA. Email: belle.baia12@gmail.com

realization of this research, we opted for the implied and qualitative research. Socio-environmental disasters have devastating consequences that mobilize Munduruku women to challenge public managers to find measures to mitigate the impacts caused by mega-projects. The analysis of the charter of the Munduruku women and the creation of the associations Wakoburum, imbued with the ancestral spirit, developed resistance actions against mega-projects that pollute the environment.

Keywords: restlessness in the womb and on the earth, noise and smell of forest, who is arriving

A presente pesquisa tem como ponto de partida a análise da carta denominada “O QUE PENSAMOS NÓS MULHERES MUNDURUKU?” apresentada no seminário “Impactos, desafios e perspectivas dos Grandes Projetos na Bacia do Tapajós”, ocorrido na cidade Itaituba, durante o mês de maio do ano de 2016 e que tinha como objetivo dialogar com os diversos atores sociais que eram atingidos, diretamente e indiretamente, por empreendimentos planejados para a região como a hidrelétrica de São Luís do Tapajós e a hidrovia do Tapajós. O evento mobilizou gestores públicos, instituições públicas, sociedade civil, povos originários e comunidades tradicionais. A aparição pública dessas mulheres Munduruku compartilhando os pontos descritos na carta foi um marco naquele evento. No seu processo de organização as mulheres indígenas Munduruku criaram a associação Wakoburum. Com a criação do Wakoburum, foi possível desenvolver uma resistência independente de organizações governamentais, com projeto próprio, distinguindo-se inclusive entre as organizações internas do povo Munduruku.

Esta organização feminina trabalhou para desenvolver uma forma de geração de renda para as mulheres das aldeias. O artesanato foi a estratégia escolhida a dar visibilidade a sua luta. Realizaram oficinas que aprimoraram as técnicas de apresentação dos produtos, melhor aproveitamento do material a ser empregado nas peças artesanais. Conseguiram a construção de um espaço para exposição e venda da produção feminina e que também abrigava o escritório da Associação Wakoburum. São estas mulheres as proponentes de uma carta com ancestralidades, histórias recentes e posicionam diversas demandas. Elas se apresentam como guerreiras e passam a compor o cenário de debates na defesa do território, implementação de políticas públicas de cidadania e ainda de socioeconomia, na perspectiva do bem viver. Há uma atualidade, uma contemporaneidade e uma persistência no conflito que essa população feminina indígena enfrenta diante das violações de direitos que tem atingido seus territórios. O monstro que tem provocado assombro às mães Munduruku não está na floresta ou nem seria um bicho do fundo do rio:

Para o povo Munduruku, [...] se relacionar com a floresta, com os rios e com o território como um todo também implica se relacionar com esses seres, pois são sujeitos que possuem agência que influencia no mundo dos vivos. Nesse mesmo sentido, ações realizadas no mundo dos “humanos” também têm capacidade de interferir na vida desses seres outros. Desse modo, para que os Munduruku possam se relacionar sem ruídos com os espíritos dos antigos, com as mães da mata, da caça e dos peixes é preciso que negociem a convivalidade por meio de trocas respeitadas, baseadas na generosidade, com todos esses seres com distintas formas de existir. É importante salientar que a convivalidade à qual me refiro não tem o sentido de uma convivência harmoniosa, sem conflitos ou sem possibilidade de predação. (NASCIMENTO, 2021, p.74)

O posicionamento estratégico que elas se colocaram tem oportunizado que as denúncias ganhem força e capilaridade, para que a sociedade acompanhe que o barulho da floresta e do rio tem se rompido com o alarido estridente dos motosserras, dos tratores, das escavadeiras, das bombas d’água. É o assombro do garimpo, é o desassossego do desflorestamento. O povo Munduruku tem sua língua do tronco Tupi, uma língua viva e falada no Estado do Pará. Os Territórios Indígenas Munduruku e Sai Cinza já se encontram reconhecidos e com regularização fundiária finalizada. O Território Indígena Sawre Muybu, assim como outros, na região do Tapajós, encontram-se delimitados, ou em fase de homologação e finalização do processo de reconhecimento e regularização. Na perspectiva historiográfica, os povos indígenas na Amazônia são ancestrais, podendo ser identificado nos registros da colonização da Amazônia pelos europeus, a notável presença de muitas populações nativas. Há hipóteses que estas populações nativas tenham chegado à Amazônia, vindos da Ásia, alcançando a América pelo estreito de Bering.

Os Munduruku são identificados habitando além da Mundurukania. Leopoldi (2016), em sua narrativa diz que a exploração perpetrada pelos portugueses levou ao extermínio, no período da colonização várias etnias, porque era evidente e sistemática a destruição de milhares de índios como resultado das campanhas militares, da escravização e dos maus tratos. Na calha sul do Rio Amazonas, às proximidades da foz do rio Tapajós, indígenas passaram a se estabelecer após confrontos com os europeus colonizadores, especialmente porque não encontravam razão para manter o estilo de vida determinado por aqueles colonizadores brancos.

O Brasil foi construído a partir de relações sociais marcadas pelo uso sistemático da violência contra populações indígenas e afrodescendentes. Violência colonial que opera não apenas na alma, como escreveu Frantz Fanon, mas no sangue e nos músculos. E também na memória: a história não acontece no passado, mas da maneira como a contamos. Violência é um tema presente na realidade indígena (MILANEZ, 2015, p. 34).

Contribuía ainda o fato dos rios amazônicos serem as vias de escoamento dos produtos comercializáveis, como no período da borracha, o estabelecimento de ribeirinhos nas margens dos rios facilitava sobremaneira a mobilização econômica:

O ciclo da borracha na Amazônia teve início nessa região no final do século XIX, com a extração do látex, através da seringa, usado para a produção de borracha. Ela também influenciou esses processos migratórios para as margens dos rios, tendo seu primeiro ciclo ocorrido entre os séculos XIX e XX. A borracha extraída em diversas regiões da Amazônia era destinada à exportação para diversos países (NASCIMENTO, 2021, p. 20)

O Munduruku era um povo que guerreava entre as tribos vizinhas e eram, de fato, conhecidos como cortadores de cabeças. Segundo Souza e Munduruku (2018, p.5), os Munduruku acreditavam que as cabeças dos inimigos adquiriam poderes mágicos e se tornavam elementos fundamentais para a sobrevivência da própria tribo. Um ritual:

A mumificação das cabeças passava por um ritual, no qual parte da preparação consistia em tirar os órgãos de dentro dela depois de cozida. Um Munduruku certa vez me relatou que, quando seus antepassados iam tirar os dentes já amolecidos da cabeça-troféu, aquele que o fizesse deveria guardar os dentes em sua própria boca para que os espíritos não os roubassem durante o ato. A tradição de povo guerreiro que cortava a cabeça de seus inimigos com frequência se faz presente nos discursos Munduruku sobre os processos de luta contemporânea, expressando a continuidade de uma identidade combativa, como aponta o cacique Jairo Saw: “O povo Mundurku no passado foram cortadores de cabeça, hoje não cortam mais cabeça, mas continuam com o espírito guerreiro”. (NASCIMENTO, 2021, p. 20-21).

Interessante observar que este grupo de indígenas é distinguido na história Amazônica não só pela sua capacidade de resistência, mas especialmente pela sua beligerância e encontros dos seus inimigos. Conforme é analisado por Henrique e Oliveira (2021), eles agiam claramente como sujeitos de sua própria história, distantes da condição de passividade que a historiografia impôs aos povos indígenas do Brasil. Alessandra Korap Munduruku, liderança feminina do médio rio Tapajós quando fala de seu povo Munduruku, expressa:

O povo Munduruku é um povo guerreiro. *Karasakaybu e Karodaybi*, nossos criadores e guerreiros ancestrais, nos dão forças para resistir. A gente está resistindo aos ataques dos *pariwat* já há 520 anos, e vamos resistir mais 520. Lutamos contra outras doenças, lutamos contra invasores, contra usina hidrelétrica, contra os garimpeiros, contra os portos, contra a soja, contra o governo. Nós somos hoje quase 14 mil Munduruku na bacia do Tapajós. No alto Tapajós são 140 aldeias, aqui no médio mais 12 aldeias. Somos um povo grande, e isso é graças à nossa luta, somos muitos porque resistimos (MUNDURUKU e CHAVES, 2020, p.185).

O processo de espoliação da população indígena na Amazônia, é constante. Os territórios invadidos pela mineração de ouro, como é o caso das aldeias do Alto Tapajós, - casa da Maria Leusa Munduruku; ou infortúnio do projeto das hidrelétricas como em São Luís do Tapajós, que pode atingir a aldeia Sawre Muybu, onde fica a casa da Aldira Akay, ou ainda a expansão urbana imobiliária de Itaituba que atinge as aldeias Praia do Índio e Praia do Mangue, onde está a casa de Alessandra Korap -, gestou a organização não só das mulheres que viam a catástrofe que estavam envolvidas, mas antes desse movimento, organizou caciques e guerreiros.

O Movimento *Iperej Ayũ* foi fundado em 2012 no contexto de violência dos grandes projetos econômicos que ameaçam o território Munduruku e é estruturado a partir de um processo de recriação cultural, inspirado em uma retomada de elementos da cosmologia e das tradições Munduruku, como o grupo de guerreiros liderado por *Karodaybi*. Este grande guerreiro Munduruku escolheu os cinco mais hábeis guerreiros para sua proteção: *Pukorao Pik Pik, Pusuru Kao, Waremucu Pak Pak, Surup Surup* e *Wakoborün* (ROCHA e LOURES, 2017, p. 349).

O contexto enfrentado pelos Munduruku em seus territórios é o evento limite da catástrofe indicada por Haraway quando analisa as ideias de Ana Tsing sobre o “Feral Biologies”, assim

Os locais de refúgio, ainda existiam, e eram até mesmo abundantes, sustentando a reformulação da rica diversidade cultural e biológica. Talvez a indignação merecedora de um nome como Antropoceno seja a da destruição de espaços-tempos de refúgio para as pessoas e outros seres. Eu, juntamente com outras pessoas, penso que o Antropoceno é mais um evento-limite do que uma época (2016, p.139).

Não se trata somente de uma sequência de acontecimentos que foram atingindo o território indígena, por conta a implantação de um empreendimento econômico que não se aliava as propostas de vida daquele povo. Ou ainda a execução de uma política inadequada

que tenha causado prejuízo em parte das florestas ou assoreado um rio. O site Amazonia Real, publicou em matéria denominada “Garimpeiros impedem indígenas Munduruku irem a Brasília”, no dia 11.06.2021, que foram furados os pneus do ônibus da empresa J Quaresma que levaria lideranças Munduruku para participar do Acampamento Terra Livre - ATL em Brasília. O fato gerou o Boletim de ocorrência Policial nº 00062/2021.101716-0. Na notícia veiculada, pode-se notar que havia uma organização de pessoas não indígenas e indígenas cooptados a atividade ilegal da garimpagem em Território Indígena. As tratativas são para queimar pontes, destruir e atear fogo em ônibus, impedir com que as pessoas cheguem a Brasília para protestar contra o garimpo ilegal. Alessandra Korap Munduruku informou ao noticiário:

Os caciques decidiram ir para Brasília e articulamos entre as nossas organizações. Eles (garimpeiros) estavam recebendo informação no meio da estrada, no 180, onde tem muito garimpeiro, avisando que ia um ônibus de indígenas contra garimpo; que era para queimar as pontes da estrada” (AMAZÔNIA REAL, 2021)

Uma sequência de acontecimentos deixou objetivamente exposto a sociedade civil que havia um movimento articulado para atingir de forma violenta os Munduruku.



Fonte: Site AMAZÔNIA REAL.

Havia manifestações próximas ao aeroporto de Jacareacanga/PA, espalhando pavor para população e intimidando todos que pretendiam denunciar as atividades garimpeiras ilegais naquela ocasião. No dia 26 de maio de 2021, nas proximidades da ora do almoço, na aldeia Fazenda Tapajós, casas foram incendiadas por garimpeiros.



Fonte: Site AMAZÔNIA REAL.

Um dos alvos na aldeia Fazenda Tapajós era a residência da presidente do coletivo de mulheres indígenas Wakoburum.



Fonte: Site AMAZÔNIA REAL.

A casa de Maria Leusa Kaba Munduruku e da sua genitora, foram incendiadas por garimpeiros neste período. O relatório do Conselho Indigenista Missionário – CIMI, de 2022 aponta:

quadrênio de 2019 a 2022, verifica-se o aumento crescente e assustador da violência contra os povos indígenas, já que era esse um projeto de governo que foi disseminado por toda a sociedade brasileira. O conjunto das informações reportadas nos últimos quatro anos pelos relatórios do Cimi, assim como dados atualizados para o período, obtidos junto a órgãos oficiais, nos apontam que: em relação aos conflitos por direitos territoriais, ou seja, envolvendo ataques, pressões e disputas sobre os territórios indígenas, houve o registro de 407 casos; com relação aos casos de invasões possessórias, exploração ilegal de recursos naturais e danos diversos ao patrimônio indígena, foram 1.133; em relação aos crimes contra a pessoa, apenas abordando os dados de assassinatos de indígenas, registramos 795 óbitos; por omissão do poder público, registramos ainda um número cruel: 3.552 crianças indígenas de até quatro anos de idade morreram nestes quatro anos. (CIMI, 2022, online).

Trata-se de um processo de aniquilamento. O Antropoceno e sua descontinuidade não têm deixado perspectiva de se pensar um futuro que possa reajuntar os filhos na mesma mesa que seus pais, embaixo da velha mangueira às margens do igarapé da aldeia:

diante das pressões sobre o território que crescem todos os dias com a invasão de madeireiros, palmiteiros, fazendeiros e garimpeiros, assim como o avanço de setores energéticos e minerários, a demarcação da terra, como garante a Constituição Federal brasileira para povos originários, se tornou o meio mais viável de salvar parte desse imenso patrimônio deixado por seus antepassados que é a Amazônia. O rio Tapajós “é o berço dos Munduruku”, conta Jairo Saw (2017), “tem muita história, muitos lugares sagrados que são os lugares onde tinham maior concentração de Munduruku que faziam cerimônia, faziam rituais” (NASCIMENTO, 2021, p.22).

O movimento que as mulheres indígenas fazem ao se colocarem na arena pública do debate, lugar antes somente ocupado pelos caciques, pajés, homens guerreiros, é a força geradora, que gesta um tempo que pode ser diferente:

Uma maneira de viver e morrer bem, como seres mortais no Chthuluceno, é unir forças para reconstituir refúgios, para tornar possível uma parcial e robusta recuperação e recomposição biológica-cultural-política-tecnológica, que deve incluir o luto por perdas irreversíveis HARAWAY, 2016, p. 141).

As mulheres do Wakoburum assoalham suas lutas a partir da casa, da roça, do cuidado com os filhos, fazendo artesanato, fazendo farinha. Essa era a lida do dia-a-dia nas aldeias:

Nosso tempo é especialista em criar ausências: do sentido de viver em sociedade, do próprio sentido da experiência da vida. Isso gera uma intolerância muito grande com relação a quem ainda é capaz de experimentar o prazer de estar vivo, de dançar, de cantar. E está cheio de pequenas constelações de gente espalhada pelo mundo que dança, canta, faz chover (KRENAK, 2020, p. 26).

O desassossego que permeia o ventre que não é só das indígenas Munduruku, é também o ventre da terra, é um eco alarmante do estado de degradação ambiental que assola nosso planeta, o país e a região amazônica. O barulho ensurdecedor e o cheiro nauseante de mata derrubada são testemunhos tangíveis do impacto devastador das atividades humanas sobre os ecossistemas naturais. O estado de coisas vivido pela busca incessante por recursos da floresta, dos rios e do solo, que fomentam a expansão econômica, tem promovido uma exploração criminosa dos produtos minerais e florestais, comprometendo a biodiversidade da região do Tapajós. O som das motoserras cortando árvores, o estrondo dos tratôs

arrastando madeira e o zumbido incessante das Pás Carregadeiras rasgando o solo, são como gritos de agonia, de sufocamento da mãe que é a casa, que é a terra a nutriz.

Partindo de um diagnóstico da infraestrutura de transporte existente na região (rodovias, ferrovias, hidrovias, portos e aeroportos) e considerando as cadeias produtivas de itens do agronegócio (cana-de-açúcar, milho, soja), da pecuária bovina, minérios (aço, alumínio, cobre, ferro e manganês), madeira, fertilizantes, petróleo e derivado entre outros, o projeto traçava um conjunto de “eixos potenciais de integração nacional” [...] Falar em eixos de integração como novidade é destacar a evidência histórica. Considere-se que, em 1972, como parte das comemorações dos 150 anos da Independência do Brasil, o Banco Central emitiu uma cédula de 500 cruzeiros em cujo verso se apresentava uma sequência de cinco cartas geográficas do território brasileiro, com os títulos “descobrimento”, “comércio”, “colonização”, “independência” e “integração”. Esta última carta, encerrando o que soa como uma linha evolutiva, representava a extensa malha viária a ser construída no âmbito do Programa de Integração PIN [...], a construção da hidrovia Teles Pires-Tapajós ajudaria a “acabar com a situação injusta que hoje penaliza produtor” (SCOLES, 2016, p. 46-47).

A perspectiva dos indígenas no contexto do Projeto de Integração Nacional, é ignorada, pois estes não se encontravam no eixo de integração do agronegócio, da madeira, do minério. Eles não eram os produtores “injustiçados” e “penalizados” pela geografia do território que estava em disputa. O cheiro pungente de combustível queimado que impregna o ar é um lembrete constante do custo exploração descontrolada. É o odor da destruição, da perda irreparável de biodiversidade, da erosão do solo e da degradação dos recursos hídricos. É também o aroma da injustiça, da negligência e da indiferença em relação populações que ocupam o território elegido para evolução capitalista traçada para região. Na carta apresentada pelas mulheres Munduruku naquele ano de 2016, elas já falavam das promessas feitas pelos governos e não foram cumpridas, sendo bastante perceptível, por exemplo que os profissionais de saúde, não tinham capacidade técnica para trabalhar com indígenas e isso era responsabilidade do governo. Indicam que não querem mais ouvir desculpas. Desejam que os problemas sejam resolvidos.

Em outubro de 2014, o ribeirão Chico Caititu atravessa o Tapajós, saindo do “seu lugar”, em Montanha, na margem esquerda do rio, e chega à Terra Indígena (TI) Sawré Muybu. Vai se unir aos Munduruku nos trabalhos de autodemarcação da TI. Com 65 anos, leva na pequena “boroca” uma rede, um terço e umas poucas trocas de roupa. Leva também uma botina nova – “é pra abrir a varação lá com os índios” (TORRES, 2016, p. 1).

Não só a autodemarcação como a expulsão de garimpeiros dos territórios indígenas, os Munduruku assumiram o protagonismo na ação, enquanto identificavam os marcos delimitantes de seus territórios.



Fonte: Site Amazônia Real – Foto cedida por Alessandra Korap Munduruku

É crucial reconhecer que o desassossego no ventre seja da terra ou das mães Munduruku, não se restringe aos ataques que têm sido feitos ao meio ambiente, que atravessam com a flexa envenenada com a morte a própria humanidade. Não saber cuidar dos males provocados pela contaminação mercurial não é um problema que atinja tão somente os Munduruku. Os efeitos do mercúrio na saúde da população Amazônica vão assumindo feições alarmantes. Daí as mulheres Munduruku, apontarem em sua carta, que os profissionais de saúde não sabiam cuidar dos problemas de saúde do povo. É bem verdade que nesse contexto do não saber cuidar, não está somente a solução para os problemas da contaminação do mercúrio, mas a compreensão e o respeito às regras e práticas de cura do próprio povo, que aos poucos são apagadas.

Os processos saúde-doença das coletividades que está em atualização pelas interfaces com a Ecologia Política. Ela diz respeito a leitura das tensões que explodiram nas últimas décadas, não apenas com o avanço do capitalismo neoliberal, por meio da força do mercado financeiro e das corporações transnacionais sobre o conjunto da sociedade (ROCHA, PORTO & SOUZA, 2023, p. 41).

Um projeto de apagamento dessas populações se desenvolve internamente nos planeamentos de governo, pois estão inseridos nas estratégias neoextrativistas descortinadas para o mundo capitalista local.

Trata-se da discussão do modelo de desenvolvimento neoextrativista predominantemente nos países do chamado Sul Global, o qual envolve regiões com maior histórico de dominação colonial e que possuem uma inserção subordinada no sistema-mundo capitalista na análise de Wallerstein (1979), marcada pela produção de matérias-primas e commodities globais. No Brasil, os setores econômicos mais relevantes do

neoeextrativismo são o agronegócio, a mineração e a construção de infraestruturas associadas, como a produção de energia e a construção de portos, complexos portuários, rodovias, hidrovias, entre outros (ROCHA, PORTO & SOUZA, 2023, p. 41).

A lógica de compreensão das necessidades das populações indígenas Munduruku não se consolida como referência e em alguma medida a denúncia que as mulheres fazem publicamente contra a política de saúde indígena, faz ecoar suas vozes que se levantam as vozes para dizer que as parteiras, os pajés, as benzedadeiras sejam reconhecidos como importantes para a saúde do povo, porque sabem de medicina e os antepassados ensinaram medicina, como curar com banhos e ervas e como tratar muitos tipos de doenças. As lideranças se articulam localmente e com parceiros estratégicos para verificação da contaminação mercurial. Um destes parceiros é o médico Erik Jennings, que tenta explicar em entrevista ao site INFOAMAZÔNIA e em matéria de Julia Dolce, em maio de 2022, como passou a observar a contaminação mercurial entre os indígenas Munduruku atendidos pelo DSEI Tapajós:

O DSEI Tapajós é o DSEI com o maior número de cadeiras de rodas do Brasil, a maior parte delas sendo utilizadas por crianças. É um dado importante. Por que isso? É coincidência estar em uma área com muita alteração ambiental? O mercúrio pode causar isso, quando a gestante tem altos níveis, a criança pode se desenvolver com defeito de fechamento do cérebro e, se não ocorre aborto, elas nascem com deficiências (INFOAMAZÔNIA, 2022).

Estando nas aldeias do alto Tapajós, o médico Erik pode constatar, em conjunto com pesquisadores da FIOCRUZ o alto índice de contaminação mercurial, o que tem provocado o desenvolvimento de estratégias da saúde indígena para montar um fluxo de atendimento que consiga atender a demanda de crianças e adultos que apresentam sintomas de contaminação.



Fonte: Site Amazônia Real

Para cuidar das patologias identificadas e investigar a relação dessas patologias com a contaminação mercurial foi criado o Centro de Referência para as Patologias Decorrentes do Mercúrio (CREPAM), no município de Santarém. É um centro de atendimento em saúde que inaugura no Brasil o enfrentamento da questão. O centro foi pensado para acolher os casos identificados nas pesquisas que estão sendo realizadas na região e os pacientes na região da bacia do rio Tapajós que entram no fluxo de atendimento por estarem próximo de locais onde se identificou o crescimento da atividade garimpeira e de outras atividades potencializadoras contaminação para população. As florestas desempenham um papel fundamental na regulação do clima, na conservação da água, na proteção contra desastres naturais e na manutenção da saúde dos ecossistemas. Porém é sob a floresta que estão as concentrações minerais da região do Tapajós.

O bioma Amazônico concentra 72,5 % de toda área minerada do país, sendo palco de um acelerado crescimento dessa atividade na última década e, sobretudo, nos últimos três anos [...] Tal dado se torna mais alarmante quando discriminado entre a atividade industrial e a atividade garimpeira. Segundo dados do MapBiomias (2021), em 1985 a mineração industrial na Amazônia ocupava 8.237 hectares, contra 8.487 hectares de mineração de pequena escala, também conhecida como garimpo [...] os dados mais recentes (2020) revelam uma discrepante relação, quando o garimpo passa a corresponder a 67,46% de toda atividade mineradora da região, ocupando assim mais de 100 hectares (PINTO, 2023, p. 140).

No entanto, as mulheres Munduruku já sentiam dentro de casa a pressão que o garimpo estava trazendo. A COVID19, estava devastando a vida do povo, levando os mais velhos das aldeias. Elas, que já estava em um evoluído estágio de organização, mobilizaram-se e recorreram a Comissão Interamericana de Direitos Humanos e apresentaram

formalmente uma reclamação contra o Brasil e suas negligências com o atendimento em saúde do povo Munduruku. As mulheres a Associação Wakoborum reclamaram mais uma vez:

O Plano de Contingência Nacional para Infecção Humana pelo Novo Coronavírus em Povos Indígenas, bem como outras medidas adotadas pelo Estado, 5 são insuficientes, pois não preveem a retirada dos terceiros não autorizados das terras indígenas, mas se concentram nas restrições de circulação dos indígenas nos centros urbanos e no ingresso de civis autorizados nas terras indígenas. Como elemento de correlação, a solicitação indica que as áreas de maior contágio da COVID-19 foram exatamente aquelas mais próximas das áreas de mineração, embora o vírus já tenha começado a se espalhar em aldeias mais distantes. Na verdade, segundo a solicitação, a exploração de recursos nas áreas habitadas pelo Povo Munduruku teria aumentado exponencialmente em 2019 e 2020, refletindo a insuficiência das ações estatais e “forçando cada vez mais o contato, inclusive com indígenas em isolamento voluntário (Decisão da CIDH/OEA).

Elas lideram manifestações, que provocaram uma análise da CIDH que considerou:

- a. “gravidade da situação” significa o sério impacto que uma ação ou omissão pode ter sobre um direito protegido ou sobre o efeito eventual de uma decisão pendente em um caso ou petição nos órgãos do Sistema Interamericano;
- b. a “urgência da situação” é determinada pelas informações que indicam que o risco ou a ameaça são iminentes e podem materializar-se, requerendo dessa maneira ação preventiva ou tutelar; e
- c. “dano irreparável” significa os efeitos sobre direitos que, por sua natureza, não são suscetíveis de reparação, restauração ou indenização adequada (Decisão da CIDH/OEA).

Com a ação dessas mulheres, ficou demonstrado que além de serem guardiãs da terra, as mulheres Munduruku desempenham papéis fundamentais na transmissão e preservação do conhecimento tradicional de sua cultura e na luta na defesa de direitos humanos. A CIDH determinou ao Estado brasileiro:

- a) adote as medidas necessárias para proteger os direitos à saúde, à vida e à integridade pessoal dos membros do Povo Indígena Munduruku, implementando, sob uma perspectiva culturalmente adequada, medidas de prevenção frente à disseminação da COVID-19, bem como proporcionando-lhes um atendimento médico adequado em condições de disponibilidade, acessibilidade, aceitabilidade e qualidade, em conformidade com as normas internacionais aplicáveis;
- b) coordene as medidas a serem adotadas com os beneficiários e os seus representantes;

c) informe sobre as ações implementadas para investigar os fatos que levaram à adoção desta medida cautelar e, assim, evitar a sua repetição (Decisão da CIDH/OEA).



Foto de Rosamaria Loures e Fernanda Moreira/CIMI

As Cacicas Munduruku, desafiam o governo em 2016, dizendo que não vão deixar Teles Pires se repetir e que sabem amamentar e também sabem cortar cabeças. A carta que as mulheres escreveram para expressar seus pensamentos inicia dizendo: “Nossa floresta está doente, nosso rio está doente, nosso povo vai lutar!” A carta faz um diálogo da observação dessas mulheres com as ações do governo nas terras indígenas e como é tratada a política pública e a ação política para os indígenas. Fazem um rol de indicações das grandes dificuldades no atendimento em saúde e na incapacidade dos profissionais em trabalhar com indígenas e que a responsabilidade dessa falta de efetividade da política pública é do governo. Elas indicam:

O que mais adoce nosso território é o roubo dos *pariwat*, roubam nossa água para fazer barragem, machucam nossa terra para enriquecer, sujaram nosso rio e destroem nossas praias. Já dissemos uma vez, duas vezes, já expulsamos uma vez, já expulsamos duas vezes, não queremos garimpo no nosso território (Carta O que pensamos nós mulheres Munduruku, 2016).

Revisitam os malfeitos no território pelos brancos, desordenando o modo de viver estabelecido nas aldeias.

A crise ambiental e a ‘catástrofe’ dos nossos mundos de vida não foram provocadas pela proliferação dos significados desencadeados depois de Babel, e sim pela saturação do sentido e dos sentidos provocados pelo conceito que procura aprisionar e fixar a realidade. A verdadeira fatalidade da hiper-realidade do mundo não é a do excedente de significante que está radicado no poder de significação e sentido da palavra, da linguagem, dos sonhos e da poesia. As estratégias fatais são

a resposta de um Mundo Objeto que transbordou o sujeito do conhecimento. Sua sedução é produzida em sua retirada da significação e em sua queda em um vazio de sentido (LEFF, 2006, p 126).

Deixam, por esta carta, uma objetiva mensagem de que estas mulheres estão se colocando nas linhas de frente da luta:

Não tememos o governo! Não importa quantas promessas o governo fez pra chegar no poder, não importa se os barrageiros, as mineradoras apoiam esse governo, iremos até Brasília, se for preciso para defender nossa educação, nossa saúde, nosso território. Hoje não está bom! Vamos lutar para melhorar, o governo ainda não conheceu a força das mulheres Munduruku. Sabemos amamentar e também sabemos cortar cabeças!

Mensagem com uma profunda atualidade diante da revolucionária atuação dos povos indígenas no Brasil no debate e enfrentamento junto ao governo brasileiro e acompanhando de modo atento e participativo das decisões das cortes judiciais do país. Mas lá no meio da casa comum, onde a vida continua acontecendo se percebeu que os próprios Munduruku poderiam encontrar uma outra forma para reestabelecer o bem viver, que para Acosta (2016, p.21) seria a oferta de múltiplas possibilidades para repensar as lógicas de produção, circulação, distribuição e consumo de bens. O coletivo Munduruku Poy, foi criado em 2022, a partir das costuras internas de diversas aldeias Munduruku com o fim de pensar possibilidades socioeconômicas viáveis e que garantisse os princípios da vida do povo, que gerasse renda, fosse um suporte nos desafios da segurança alimentar, e, mantivesse a floresta em pé. A floresta como o referencial da continuidade da vida.



Fonte: Site do Projeto Saúde Alegria

A castanha foi a estratégia de *reaninhar* para o bem viver, na construção de uma territorialidade de proteção do comum. O Programa de Assistência Técnica do Floresta Ativa do Projeto Saúde Alegria, em Santarém/PA, passou a ser parceiro técnico do projeto do Coletivo Poy. Após realizada oficina para alinhar as perspectivas da atividade, foram repassados equipamentos para as famílias iniciarem as atividades da coleta. A família Munduruku retornou para os castanhais, como alternativa viável para superar as pressões do garimpo ilegal de ouro. Protagonizando esse processo para retomada da vida na Mundurukânia, as mulheres inovam e na Associação Wakoborum, também saem em busca de oficinas que pudesse auxiliar na melhor apresentação do artesanato produzidos nas famílias e que também se manifestava como possibilidade de geração de renda.



A Mundurukânia é um lugar para o bem viver!

Para enfrentar os perigos do capitalismo - inicialmente presente na forma do extrativismo depauperador do ambiente, por via do garimpo e da mineração – elas próprias

se tornaram protagonistas de uma história, que torna possível uma reengenharia para sobrevivência de suas famílias. Pensam ser possível também relativizar o impacto de políticas sociais dentro dos seus territórios. O Wakoborum, assim, apresenta muito dessa dupla batalha indígena: lutar pela preservação étnica, que significa também defender sua terra e sua cultura dos avanços por parte dos grandes empreendimentos, a colonizar costumes e desterritorializá-los. A defesa do território e a preservação dos frutos da terra que garantem a sobrevivência do povo é o motivo da luta das mulheres. Perder qualquer desses bens ambientais é uma morte para o povo Munduruku. A mineração é sinal de morte para estas mulheres e está no canto de lamento ensinado pelos anciãos e pajés, convidando um espírito perdido ou sequestrado a voltar:

Karosakaybu bu tug
Bucewi ku oje kuijuju
Dariwa ewekuku di abibe wi, ojekuijuuuu (canto Munduruku)

Wakoburum, como uma guerreira artesã Munduruku que foi, inspira o movimento das mulheres que hoje defendem a vida em seu território.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A carta de mulheres Munduruku intitulada “*O que pensamos nós mulheres Munduruku?*” cujo excerto “*desassossego no ventre e na terra: tem barulho e cheiro de mata derrubada: quem é que chega?*” atribuiu título a esta pesquisa consistiu numa análise das ações dos megaprojetos com impactos desastrosas para o meio ambiente e para a saúde humana, particularmente à população amazônica. Disso, extraem algumas notas conclusivas, resultados obtidos. O seminário que tinha como lema Impactos, desafios e perspectivas dos Grandes Projetos na Bacia do Tapajós, que contou com a participação de diversos gestores de instituições públicas, da sociedade civil, indígenas e membros da comunidade tradicional constituiu-se em espaço privilegiado para uma escuta de demandas destas populações que assistem sob olhar impávido os danos causados ao meio ambiente, a contaminação aos rios, acarretando prejuízos à saúde coletiva. Fato importante desta pesquisa foi a retomada às discussões compartilhados e descritos na carta como marca crucial, repensando o papel da autoridade pública no respeitante à defesa do meio ambiente diante de catástrofes causadas por empreendimentos instalado nessa região. Diante das

ameaças, a Organização das Mulheres Indígenas Munduruku criou a associação Wakoburum como estratégia de resistência independente das organizações governamentais, com um papel relevante entre as organizações existentes dentro do povo Munduruku. A resistência origina-se da ancestralidade entendida como um processo relacional que compreende o espaço físico e o social como território dos ancestrais, ou seja, um conjunto de um sistema de relação que se dá entre os vivos e os mortos num contexto da vida comunitária. Nessa lógica, os rios, as florestas, o território destas comunidades são igualmente habitados pelos ancestrais, por consequência têm a capacidade de exercer influência sobre os membros da comunidade. Portanto, as mulheres indígenas Munduruku nas demandas apresentadas na carta representam igualmente a ancestralidade e não só, mas são guerreiras que lutam pela defesa do bem comum mediante a implementação de políticas públicas de cidadania e socioeconômica na perspectiva do bem-estar coletivo.

Aliada a isso, questão importante referente à territórios indígenas Munduruku Paraenses é a regularização fundiárias, ou por outra, regularização de assentamentos irregulares, garantido deste modo o direito à moradia a estas populações. O desassossego no ventre e na terra das mulheres Munduruku não estão restritos apenas na defesa do meio ambiente por meio da flexa envenenada com a morte a própria humanidade, mas preocupados igualmente com os efeitos do mercúrio na saúde da população amazônica. A relevância desse povo residente na preservação e na transmissão de valores e conhecimentos tradicionais de defesa dos direitos humanos. A pesquisa não teve pretensão de esgotar todos os problemas socioambientais e encerrar os debates sobre estas questões, no entanto continua aberta à aprofundamentos sobre problemas do meio ambiente que não só afetam a comunidade dos Munduruku, mas toda a sociedade.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. O BEM VIVER: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo. Autonomia Literária, Elefante, 2016.

AMAZÔNIA REAL. Garimpeiros impedem indígenas Munduruku irem a Brasília. <https://amazoniareal.com.br/garimpeiros-impedem-indigenas-munduruku-de-irem-a-brasilia/>, acessado em 19.05.2024, às 15:04h.

ALMEIDA SILVA, Adnilson de (Org.). Expressões, vivências e representações indígenas da e na Amazônia. Porto Velho. Temática, 2021. p.35-66. Disponível em: <https://bit.ly/expressoes-indigenas-Adnilson>. acesso em 15 mai. 2024.

ALMEIDA, Maria Geralda de. Fronteiras, territórios e territorialidades. Revista da ANPEGE. Fortaleza, ano 2, n.2, 2005, p. 103-114. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/6617/3616>. acesso em 15 mai. 2024.

ROCHA, Diogo Ferreira da; PORTO, Marcelo Firpo de; SOUZA, Juliana. Cconflitos socioambientais na Amazônia. In. **GARIMPO DE OURO NA AMAZÔNIA: crime, contaminação e morte.** Org. Paulo Cesar Basta e Ana Cláudia Santiago de Vasconcellos, 2023

CARTA DAS MULHERES INDÍGENAS MUNDURUKU – O QUE PENSAMOS NÓS MULHERES MUNDURUKUS? CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO – CIMI – RELATÓRIO DE VIOLÊNCIA CONTRA INDÍGENAS - <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2023/07/relatorio-violencia-povos-indigenas-2022-cimi.pdf>, acesso em 19. mai.2024.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS - RESOLUÇÃO 94/2020 - Medida Cautelar Nº 679-20 - Membros do Povo Indígena Munduruku em relação ao Brasil1 - 11 de dezembro de 2020.

DIAS, Barbara do Nascimento. “Com os espíritos dos antigos”: a luta do povo Munduruku do médio Tapajós, pelo Território e pela Vida. Brasília, UNB, 2021

FUNAI - Fundação Nacional do Índio. Apresentação da Coordenação Regional do Pará. Belém. FUNAI, 2019.

HARAWAY, Donna. **ANTROPOCENO, CAPITALOCENO, PLANTATIONOCENO, CHTHULUCENO: fazendo parentes**. ClimaCom Cultura Científica - pesquisa, jornalismo e arte I Ano 3 - n. 5, 2016, p. 139-146.

INFOAMAZÔNIA – Entrevista com o médico Erik Jennigs. <https://infoamazonia.org/2022/05/27/por-tras-dos-altos-niveis-de-mercurio-existem-alteracoes-sociais-ambientais-culturais-e-economica-graves/>.

LEFF, Enrique; **CABRAL**, Luis Carlos. **RACIONALIDADE AMBIENTAL: a reapropriação social da natureza**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2006.

LEOPOLDI, José Savio. **DE CAÇADORES DE CABEÇA A ÍNDIOS URBANOS: a saga dos índios Munduruku**. Chiado Editora. 2016

MILANEZ, Felipe. Memórias Sertanistas. Cem anos de indigenismo no Brasil. Edições SESC. São Paulo, 2015

MUNDURUKU, Alessandra Korap; **CHAVES**, Kena Azevedo. **PRECISAMOS ESTAR VIVOS PARA SEGUIR NA LUTA: pandemia e a luta das mulheres Munduruku**. *Mundo Amazônico*, 11(2), 179-200, 2020. <http://dx.doi.org/10.15446/ma.v11n2.88662>.

MUNDURUKU, Maria Leusa. A vida de uma mulher Munduruku na defesa do seu povo e do território. Disponível em: <http://memoriasinsurgentes.org/images/documentos/maria-leusa.pdf>. acesso em 15 mai. 2024.

PINTO, Daniel de Oliveira d'El Rei. **AS TRANSFORMAÇÕES OCORRIDAS NOS TERRITÓRIOS KAIAPÓ, MUNDURUKU E YANOMAMI**: Perspectivas de Vulnerabilidade em Saúde associadas à exploração do garimpo ilegal de ouro na Amazônia. In: **GARIMPO DE OURO NA AMAZÔNIA**: Crime, contaminação e morte. Org. Paulo Cesar Basta e Ana Cláudia Santiago de Vasconcellos. Lorena. UK'A Editorial. 2023

ROCHA Bruna Cigaran da; **LOURES**, Rosamaria Santana Paes. A expropriação territorial e o Covid-19 no Alto Tapajós, PA. In: **ALMEIDA**, Alfredo Wagner Berno de; **MARIN**, Rosa Elizabeth Aceve do; **MELO**, Eriki Aleixo de. Pandemia e território. São Luís. UEMA Edições/ PNCSA, 2020.

TORRES, Maurício. **UM RIO DE MUITA GENTE**: A Luta comum de vidas plurais no vale do alto Tapajós. In: **OCEKADI**: hidrelétricas, conflitos socioambientais e resistência na Bacia do Tapajós/ Daniela Fernandes Alarcon, Brent Milikan e Maurício Torres – Org. Santarém, PA: Programa de Antropologia da Universidade Federal do Oeste do Pará, 2016

SCOLES, Ricardo. **CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL DA BACIA DO TAPAJÓS**. In: **OCEKADI**: hidrelétricas, conflitos socioambientais e resistência na Bacia do Tapajós/ Daniela Fernandes Alarcon, Brent Milikan e Maurício Torres – Org. Santarém, PA: Programa de Antropologia da Universidade Federal do Oeste do Pará, 2016

SOUSA, Wanderleia Lucena; **MUNDURUKU**, Mike Kiriki. Resistência Munduruku na região do Tapajós, no SÉCULO XXI. Anais do **I COLÓQUIO INTERNACIONAL DO INSTITUTO DE PESQUISA E ESTUDOS CULTURAIS E AMBIENTAIS SUSTENTÁVEIS DA AMAZÔNIA – ICIPEASA**, Itaituba, 2018.